

Atrito Cultural no Oriente: um Caso de Ruptura à Submissão Feminina¹

Cristiane Portela²
Mestranda em Comunicação / Universidade Federal de Pernambuco
Bolsista do CNPq

Resumo

Este artigo pretende discutir o caso de desafio à submissão feminina na sociedade islâmica, divulgado através da matéria jornalística “*Escândalo à moda islâmica*” (VEJA, ed. 1.890, 02/fev./2005 – Anexo I), qual seja uma mãe solteira egípcia que, contrariando todos os preceitos sociais do mundo oriental, pediu exame de DNA e revelou a farsa dos casamentos aceitos pelo Islã. Para tal finalidade, analisa-se como esse comportamento feminino, transgressor para os padrões orientais e aceito como natural no Ocidente, é marcado por (im)posições culturais vigentes. Conclui-se, portanto, que o contato da mulher transgressora do Oriente com valores culturais do Ocidente é capaz de influenciar o surgimento de uma “nova” identidade feminina, já em fase de consolidação na cultura ocidental, mas que só agora, ainda que através de casos isolados, começa a despontar no Oriente.

Palavras-chave: gênero; identidade-feminina; ruptura-feminina.

1 Ocidente e Oriente: Divergências Culturais

As sociedades contemporâneas sempre vivenciaram relações ambíguas e conflituosas envolvendo discussões acirradas sobre determinados padrões de comportamentos ou “modos de vida” plenamente aceitos pelo Ocidente e rejeitados pelo Oriente, e vice-versa, mas nunca entendidos como variantes de um mundo dominado pela heterogeneidade cultural.

Muitas vezes o termo “modo de vida” é “utilizado como se as ‘culturas’ fossem blocos de significado carregados sempre pelo mesmo conjunto de pessoas” (JOHNSON, 1999, p. 100), ou seja, a pretensa igualdade entre “modos de vida” do Ocidente e do Oriente seria possível apenas se as culturas fossem homogêneas. Como não são, embora muitas vezes o termo “modo de vida” seja utilizado como se elas fossem, surgem as intolerâncias,

¹ Trabalho apresentado ao NP Comunicação e Culturas Urbanas

² Jornalista, professora universitária, mestranda em Comunicação Social na Universidade Federal de Pernambuco, bolsista do CNPq; e-mail: crisportela14@yahoo.com.

que desconsideram a “*différance*”, aqui entendida, de acordo com Hall (2003, p. 60) citando Derrida, como “o movimento do jogo que ‘produz’ (...) essas diferenças, esses efeitos de diferença”.

São essas diferenças que sempre caracterizarão de maneira positiva, se vistas sem intransigências e radicalismos, a dinâmica de um mundo globalizado que sabe respeitar o surgimento de hibridismos inerentes ao próprio pluralismo multicultural, sem (im)posições culturais ortodoxas por parte de uns e aceitação resignada por parte de outros, mas entendendo que “a *différance* impede que qualquer sistema se estabilize em uma totalidade inteiramente suturada” (HALL, 2003, p. 61).

De acordo com Bhabha (1998) é nessa perspectiva marginal da diferença cultural que a modernidade e a pós-modernidade são elas mesmas constituídas. Então, nesse contexto, surgem variações de pensamentos e ações referentes às mais variadas questões, como gênero, etnia, religião e tantos outros. Tais questões são tratadas de maneiras diversas tanto no Ocidente como no Oriente e sempre se revelam como pontos de atrito entre esses “dois mundos”.

De um lado temos o Ocidente, como condutor do processo de globalização, com a pretensão de tornar seus modelos e valores culturais absolutos, do outro temos o Oriente reagindo, quase sempre de forma extremada, a essa pretensa hegemonia ocidental.

Ainda que a globalização tenha realmente sido conduzida pelo Ocidente, sob a égide imperialista dos Estados Unidos da América, Appadurai (2001) adverte que ela não implica necessariamente homogeneização ou americanização, ou seja, não é o mundo Ocidental que deve determinar o que é globalmente aceito, mas se deve imprimir respeito às diferenças.

Nesse contexto de óticas variadas, as questões de gênero devem ser vistas e analisadas como uma das principais responsáveis pelos grandes atritos culturais entre Ocidente e Oriente.

O processo de construção identitária masculina e feminina nas sociedades contemporâneas é marcado por divergências no modo como o homem e a mulher fazem uso dos componentes definidores de suas identidades e o que os influencia culturalmente nesse processo, que não é fixo, mas marcado por dinamismos inerentes à própria constituição das identidades. Dessa forma, faz-se necessário considerar o caráter de flexibilização dessa construção:

A categoria da identidade não é, ela própria, problemática? É possível, de algum modo, ter-se um sentimento de identidade coerente e integral? A continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela imediatez e pela intensidade das confrontações culturais globais (HALL, 2004, p. 84).

Em tempos de globalização, multiculturalismo, hibridismo, sincretismo, enfim, qualquer palavra que possa significar pluralismo e diversidade cultural, entende-se que elementos políticos, econômicos e religiosos interferirão de maneira diferente na forma como o homem e a mulher irão (trans)formar suas identidades.

Se as diferenças na (trans)formação identitária já são marcantes entre os gêneros, mais forte ainda são as diferenças entre a (trans)formação identitária da mulher no Ocidente e no Oriente, pois neste último as influências religiosas do islamismo ajudam a delinear traços de uma identidade feminina marcada, substancialmente, pela subordinação ao masculino.

2 Mulher Ocidental: em Consolidação Identitária

A mulher do Ocidente, onde não há predominância e influência das religiões islâmicas, tem acompanhado, de maneira positiva e satisfatória, o processo evolutivo das conquistas e benefícios trazidos pelo próprio feminismo, como a igualdade de direitos civis, a propalada liberação sexual e um espaço maior no mercado de trabalho, que representam conquistas graduais, mas que se fortalecem a cada dia dentro dos âmbitos privado e público em que a mulher atua, fazendo-a ocupar espaços e posições até então exclusivamente masculinas. Assim sendo, observa-se que:

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, instalou-se uma nova figura social do feminino, instituindo uma ruptura muito importante na “história das mulheres” e exprimindo um último avanço democrático aplicado à condição social e identitária do feminino. Chamamos essa figura sócio-histórica de *a terceira mulher*. Pela primeira vez, o lugar do feminino não é mais preordenado, orquestrado de ponta a ponta pela ordem social e natural. O mundo fechado de antigamente foi substituído por um mundo aberto ou aleatório, estruturado por uma lógica de indeterminação social e de livre governo individual, análoga em seu princípio à que organiza o universo masculino (LIPOVETSKY, 2000, p. 12).

Ainda que o grau de conquistas tenha atingido dimensões variadas, elas não conduziram a uma eliminação absoluta das diferenças entre os gêneros, mas contribuíram para uma constituição identitária feminina própria e não à sombra da identidade masculina ou à margem dela.

Embora Giddens (1993) alerte para o fato de que ainda existe “um abismo emocional entre os sexos e não se pode dizer com certeza quanto tempo ele levará a ser transposto”, é certo que, em muitos casos, tal abismo encolheu consideravelmente ou tornou-se menos visível.

Mesmo no Ocidente, onde a mulher busca, mais e mais, (re)afirmar o seu “novo lugar” social e (re)estruturar sua “nova relação” com o homem, a dinâmica democrática moderna aponta para a “não permutabilidade dos papéis de sexo mas constituição de distâncias diferenciais mais tênues, menos anuladoras, não diretivas, não constituindo mais obstáculo ao princípio de livre disposição de si” (LIPOVETSKY, 2000, p. 14).

As sociedades ocidentais encontram na própria modernidade democrática a resposta para o que presenciam quando se trata da questão dos gêneros: uma consolidação da “nova posição” feminina, através de uma identidade em construção sim, mas que apresenta traços definidores, não aleatórios e de rompimento com tudo aquilo que possa levar a uma negação dos direitos e conquistas da mulher e até a uma negação da própria modernidade na qual ela está inserida, pois Harvey considera que:

a modernidade [...] não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes (HARVEY, 2004, p. 22).

É nesse contexto de ruptura moderna que a mulher ocidental se insere e encontra amparo para consolidar sua identidade, distante da “dominação masculina”, que, segundo Bourdieu (2003, p. 106), já “não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível”, mas que tal evidência “passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar”.

3 Mulher do Oriente: em Busca de Identidade

Nas sociedades do Oriente, sob forte influência do islamismo e culturalmente marcadas pela maneira diferenciada de lidar com os gêneros, observa-se que enquanto o homem ocupa lugar privilegiado socialmente à mulher é destinada uma posição hierarquicamente inferior e à margem do masculino dominante.

Em tais sociedades contempla-se a resistência ao novo, inclusive há “fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o ‘fechamento’ e a Tradição, frente ao hibridismo e à diversidade” (HALL, 2004, p. 92). Esses fatos propiciam o crescimento do próprio fundamentalismo, consubstanciado na pretensão de isolar o Oriente do resto do mundo, demonizando, combatendo e gerando um processo de contra-identificação com os valores, costumes e tradições do Ocidente, considerado força do “mal”. Em alguns estados islâmicos do Oriente Médio vislumbra-se o surgimento ou o reforço de:

[...] movimentos islâmicos fundamentalistas, que buscam criar estados religiosos nos quais os princípios políticos de organização estejam alinhados com as doutrinas religiosas e com as leis do Corão. Na verdade, esta tendência é difícil de ser interpretada. Alguns analistas vêem-na como uma reação ao caráter “forçado” da modernização ocidental [...]. Alguns interpretam-no como uma resposta ao fato de terem sido deixados fora da “globalização”. [...]. Outros vêem as raízes do fundamentalismo islâmico no fracasso dos estados islâmicos em estabelecer lideranças “modernizantes” bem-sucedidas e eficazes ou partidos modernos, seculares. Em condições de extrema pobreza e relativo subdesenvolvimento econômico [...], a restauração da fé islâmica é uma poderosa força política e ideológica mobilizadora e unificadora (HALL, 2004, p. 94-95).

É esse contexto, repleto de posicionamentos radicais e inflexíveis, que tem impedido à mulher do Oriente de caminhar em direção ao “novo lugar” social já ocupado pela mulher ocidental. Esta última, inclusive, pode ser chamada, de acordo com Lipovetsky (2000), de *a terceira mulher, ou a mulher indeterminada*. Dessa forma, nas sociedades ocidentais, observa-se que:

De agora em diante é um novo modelo que comanda o lugar e o destino social do feminino. Novo modelo que se caracteriza por sua autonomização em relação à influência tradicional exercida pelos homens sobre as

definições e significações imaginário-sociais da mulher. A primeira mulher era diabolizada e desprezada; a segunda mulher, adulada, idealizada, instalada num trono. Mas em todos os casos a mulher era subordinada ao homem, pensada por ele, definida em relação a ele: não era nada além do que o homem queria que fosse. Essa lógica de dependência diante dos homens já não é o que rege mais profundamente a condição feminina nas democracias ocidentais. Desvitalização do ideal da mulher no lar, legitimidade dos estudos e do trabalho femininos, direito de voto, “descasamento”, liberdade sexual, controle da procriação: manifestações do acesso das mulheres à inteira disposição de si em todas as esferas da existência, dispositivos que constroem o modelo da “terceira mulher” (LIPOVETSKY, 2000, p. 236-237).

Tal situação é majoritariamente inversa àquela que predomina nas sociedades orientais dominadas pelas religiões islâmicas, em que não houve a evolução para o modelo da *terceira mulher*, mas permanece o padrão da *primeira mulher*, ou a *mulher depreciada*, qual seja, considerada como “mal necessário confinado nas atividades sem brilho, ser inferior sistematicamente desvalorizado ou desprezado pelos homens” (LIPOVETSKY, 2000, p. 236).

Segundo o referido autor houve “uma ruptura histórica na maneira pela qual é construída a identidade feminina, bem como a relação entre os sexos” (p. 231), mas pode-se observar que isso só aconteceu na dinâmica democrática das sociedades ocidentais, pois o Oriente, pela própria ausência de sociedades democráticas, não vislumbrou igualmente o mesmo processo.

É certo que nem mesmo todas as rupturas, necessárias e fundamentais para a consolidação da *terceira mulher*, foram capazes de eliminar, por completo, a desigualdade entre os gêneros, mas, como ressalta Lipovetsky (2000), as mulheres, da mesma forma que o homens, estão “entregues ao imperativo moderno de definir e inventar inteiramente sua própria vida. [...] ganharam o poder de governar a si próprias sem caminho social pré-ordenado” (p. 237).

Esse fato, por si só, representa um importante elemento que, indiscutivelmente, contribui de forma marcante e definitiva para a configuração identitária da mulher ocidental, ao contrário da (trans)formação identitária feminina no Oriente, onde, condenada ao modelo da *primeira mulher*, não há espaço para o surgimento de elementos que ajudem na consolidação da identidade feminina.

4 Desafio à Submissão Feminina no Oriente

Não se pode, no entanto, imaginar que casos isolados de transgressão e insubordinação à condição de *primeira mulher* não ocorram nas sociedades do Oriente. Eles ocorrem sim, mas de forma esporádica e ainda pouco divulgada pela mídia, que, em muitos casos, é impedida pelos próprios governos daquelas sociedades de conhecê-los e registrá-los.

A mulher, que se enquadra no estereótipo de transgressora, é aquela que foge completamente ao “lugar” ocupado pela *primeira mulher*, a qual é tipicamente predominante nas sociedades orientais islâmicas.

Enquanto a transgressora pretende, ainda que involuntariamente, igualar-se à mulher ocidental e, por conseguinte, ocupar a posição de *terceira mulher*, a submissa aceita passivamente sua condição e quase sempre desconhece quaisquer mecanismos para alterá-la ou, quando os conhece, considera impróprio e inadmissível ir contra os preceitos sociais pré-estabelecidos, que devem ser acatados e não questionados.

No caso analisado, através da matéria jornalística (Anexo I) objeto de estudo deste artigo e escolhida por fazer parte do *corpus* da pesquisa de mestrado desta autora, observa-se uma situação extremamente inusitada e, portanto, fora dos padrões sociais aceitáveis para a conservadora sociedade do Egito, país árabe tradicional que obedece os preceitos islâmicos.

Hind el-Hinnawy é uma mãe solteira egípcia que, desafiando os preceitos da sociedade em que vive, foi a responsável pelo primeiro pedido de reconhecimento de paternidade, com exigência de exame de DNA. Este fato, no entanto, foi apenas uma consequência das transgressões anteriores: o sexo antes do casamento e a gravidez indesejada.

De acordo com a matéria, no Egito o sexo antes do casamento só é aceito se o casal assinar, perante testemunhas, o *urfi*, um contrato de casamento temporário em que pode dormir junto sem ferir os princípios islâmicos. A matéria também relata o que deve ser feito para o caso de gravidez indesejada:

O procedimento-padrão em casos de gravidez indesejada é um aborto seguido de uma operação para reconstituir o hímen e, então, um casamento

apressado com o primeiro noivo que a família encontrar. Entre os egípcios pobres, que não têm dinheiro para pagar o aborto e carecem de tolerância para com os deslizes sexuais, muitas vezes o pai ou o irmão mata a moça grávida para lavar a honra da família (BARELLA, 2005, p. 60).

Hind el-Hinnawy, que não aceitou nenhuma dessas (im)posições estabelecidas como legítimas na sociedade islâmica em que vive, foge ao padrão da típica *primeira mulher* do Oriente, principalmente pelo fato de possuir uma profissão própria e, além de tudo, pouco comum entre as egípcias. Hind é figurinista de uma emissora de televisão, a mesma em que trabalha o ator Ahmed Fishawy, a quem ela atribui a paternidade de sua filha e o qual se recusa a ser submetido ao teste de paternidade.

É evidente, pela própria posição social e econômica de Hind, “mulher solteira e de família abastada” (p. 60), “filha de um economista renomado e de uma professora universitária” (p. 61), como esclarece a matéria, que ela conhece e já teve contato, de alguma forma, com os valores culturais ou “modos de vida” do Ocidente, a ponto de questionar e transgredir os padrões de comportamento da sociedade em que vive, fundamentada nos princípios islâmicos do Oriente.

Nem no Ocidente, muito menos no Oriente, haverá uma igualdade plena entre os gêneros, embora sejam inegáveis as conquistas que conduziram a mulher do Ocidente ao seu “novo” lugar, a uma condição de *terceira mulher*, ou *mulher indeterminada*.

Ainda que, segundo Lipovetsky (2000), nas sociedades ocidentais mulheres e homens possam ser reconhecidos como donos de seu destino individual, isso não equivale a uma situação de permutabilidade de seus papéis e lugares. As diferenças continuarão existindo, mas não haverá domínio exclusivamente atribuído a apenas um sexo, como ocorreu durante muito tempo com o predomínio da dominação masculina. Assim:

A variável sexo continua, evidentemente, a orientar as existências, a fabricar diferenças de sensibilidades, de itinerários e de aspirações. O novo não reside no advento de um universo unissex, mas em uma sociedade “aberta” em que as normas, sendo plurais e seletivas, são acompanhadas de estratégias heterogêneas, de margens de liberdade e de indeterminação. Ali onde as determinações eram mecanicistas, há lugar agora para escolhas e arbitragens individuais. Antes os modelos sociais impunham imperativamente papéis e lugares, agora já não criam mais que orientações facultativas e preferências estatísticas. Aos papéis exclusivos sucederam as orientações preferenciais, as escolhas livres dos protagonistas, a abertura das oportunidades (LIPOVETSKY, 2000, p. 239).

As sociedades islâmicas do Oriente, fundamentadas nos preceitos religiosos de Alá e seguidoras fiéis do Corão, não conseguiram, entretanto, reverter essa situação de predomínio da dominação masculina.

Casos como o de Hind el-Hinnawy ainda são raros, e quando ocorrem, geralmente a mulher transgressora recebe apoio de organizações femininas do Ocidente e passa a sofrer rejeição de quase toda a sociedade em que vive. Como observa a própria matéria:

A maioria dos egípcios [...] a vê como uma oportunista e uma depravada. Quando comparece às audiências na vara de família, ela é hostilizada por mulheres cobertas de véu. Nas mesquitas e nos jornais, clérigos e jornalistas pregam sermões sobre a decadência moral da família egípcia (BARELLA, 2005, p. 61).

Hind faz parte de uma sociedade na qual sua postura configura-se como exceção, agredindo os valores islâmicos do Oriente e gerando reações de extremo repúdio contra alguém que não mais se enquadra no perfil daquela que Lipovetsky (2000) denomina de *a primeira mulher*, ou *a mulher depreciada*, mas que caminha rumo ao posto de *terceira mulher*, autodeterminada, em busca da liberdade de autodirigir-se, sem a diretividade de modelos sociais impostos por uma cultura que a vê como submissa e à margem do masculino ainda predominantemente dominante.

5 Referências

APPADURAI, A. Aquí y ahora. In: _____. **La modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización**. Buenos Aires: Trilce / Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 17-38.

BARELLA, José Eduardo. Escândalo à moda islâmica. **Veja**, ed. 1.890, n. 5, p. 60-61, fev./2005.

BHABHA, H. O pós-colonial e o pós-moderno: a questão da agência. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 239-273.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

_____. A questão multicultural. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte, UFMG, 2003. p. 51-100.

HARVEY, D. Passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea. In: _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

JOHNSON, R. O que é, afinal, estudos culturais?. In: SILVA, T. T. da (org.). **O que é, afinal, estudos culturais?.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-131.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANEXO I

ESCÂNDALO À MODA ISLÂMICA

Mãe solteira choca o Egito ao pedir exame de DNA e expor casamentos de faz-de-conta aceitos pelo islã

O Egito está em estado de choque diante de um acontecimento inédito: o primeiro processo de reconhecimento de paternidade com exigência de exame de DNA. Uma mulher solteira e de família abastada apresentar-se perante o juiz com uma filha nos braços está além de tudo o que a conservadora sociedade egípcia considera razoável. O procedimento-padrão em caso de gravidez indesejada é um aborto seguido de uma operação para reconstituir o hímen e, então, um casamento apressado com o primeiro noivo que a família encontrar. Entre os egípcios pobres, que não têm dinheiro para pagar o aborto e carecem de tolerância para com deslizes sexuais, muitas vezes o pai ou o irmão mata a moça grávida para lavar a honra da família. A figurinista Hind el-Hinnawy, 27 anos, virou tudo isso pelo avesso. Para apimentar o caso, ela diz que o pai de sua filha, nascida em outubro, é Ahmed Fishawy, famoso ator de 24 anos. Os dois trabalham na mesma emissora de TV, onde Ahmed apresentava um programa de aconselhamento espiritual dirigido a jovens muçulmanos. Ele nega ter feito sexo com Hind e se recusa a ser submetido ao teste de paternidade.

O caso chocou os egípcios por tocar em um assunto considerado tabu entre os árabes: o sexo antes do casamento. Coloca também em debate o artifício utilizado pelos muçulmanos para driblar a proibição sem incorrer na ira de Alá. Trata-se do urfi, um contrato de casamento

temporário muito comum entre os sunitas, o ramo majoritário do Islã. “Nesse tipo de casamento, o casal assina um documento na presença de testemunhas e, a partir daí, pode dormir junto à vontade sem ferir os princípios islâmicos”, disse a VEJA Diane Singerman, especialista em cultura árabe e professora da Universidade Americana, em Washington, nos Estados Unidos. Esse documento religioso é fartamente utilizado pelos ricaços do Golfo Pérsico, que aproveitam para se esbaldar longe do rigor puritano de seus reinos petrolíferos. Há prostitutas no Cairo que já firmaram centenas de urfis com visitantes vindos da Arábia Saudita e do Kuwait. Empresários e políticos também acham o urfi uma forma conveniente de ter amantes com o aval islâmico. Solteiros sem dinheiro para cumprir o ritual mínimo do casamento árabe (a tradição exige a compra prévia do apartamento e da mobília, além de presentes luxuosos para a noiva) também acabam recorrendo ao faz-de-conta do urfi.

Hind, filha de um economista renomado e de uma professora universitária, disse que ela e Ahmed fizeram um contrato provisório de casamento para poder namorar. De acordo com ela, quando soube da gravidez, a pretexto de legalizar o casamento, o ator pegou as duas cópias existentes do documento e sumiu com os papéis. As testemunhas, ela acusa, foram subornadas para se calar. Hind recebeu o apoio de organizações femininas que elogiam sua coragem ao desafiar a submissão feminina na sociedade islâmica. A maioria dos egípcios, contudo, a vê como uma oportunista e uma depravada. Quando comparece às audiências na vara de

família, ela é hostilizada por mulheres cobertas de véu. Nas mesquitas e nos jornais, clérigos e jornalistas pregam sermões sobre a decadência moral da família egípcia. “Os egípcios preferem a hipocrisia ao que consideram a desonra pública”, interpreta a figurinista. O desafio de Hind tocou no ponto de maior atrito entre as sociedades árabes e a cultura ocidental. Uma pesquisa recente, realizada em setenta países com 150 000 pessoas, mostrou que entre os muçulmanos as divergências em relação ao Ocidente são maiores em temas como igualdade de sexos, divórcio e aborto do que em relação à democracia.

Os chamados crimes de honra - aqueles em que a família mata a filha suspeita de má conduta social - são tratados com leniência pela Justiça dos países árabes. A família real da Jordânia lançou uma campanha para coibir esses crimes depois de constatar que representavam um quarto dos homicídios cometidos no país. O Parlamento, porém, vetou a iniciativa. A justificativa para esse tipo de prática é a idéia, arraigada na cultura árabe tradicional, de que a mulher não é dona do próprio corpo. Isso explica hábitos como os casamentos forçados, o direito dos homens à poligamia e a obrigatoriedade de esconder o corpo feminino com véu e roupas disformes. Em países como o Marrocos e a Arábia Saudita, os filhos homens têm direito a parcela maior da herança do que as irmãs. Na Arábia Saudita, as mulheres são proibidas de dirigir automóvel ou de sair à rua sem a companhia de um parente masculino. O crescente contato com os valores ocidentais, inevitável em um mundo globalizado, tende a aumentar as tensões dessas sociedades.